

Mudanças significativas na nova Constituição. Só com pressões.

BRASÍLIA - "Não adianta falar em socialismo ou em participação popular como retórica. Temos é que pressionar a Assembléia Nacional Constituinte para que avance além de onde estamos. Por enquanto, as perspectivas são sombrias, mas não desesperadoras, pois se se desencadear a mobilização popular necessária, o processo constituinte pederá evoluir e representar o início da ruptura com o sistema passado que desejamos." Essa afirmação, do deputado constituinte pelo PT, Florestan Fernandes, resume o pensamento de todos os parlamentares que tomaram parte na manhã de ontem, do debate "Cientistas na Constituinte", coordenado pelos professores Otávio Guilherme Cardoso Alves Velho, da UFRJ, Cristovan Buarque (reitor) e Benício Schmidt, da UNB, no âmbito da 39ª Reunião Anual da SBPC.

O senador Fernando Henrique Cardoso não compareceu, por estar participando de um encontro de lideranças do PMDB na Câmara, o que lhe valeu uma vaia da plateia, espremida em um auditório lotadíssimo por cientistas e estudantes. Mas os deputados Gabriel Guerreiro, José Carlos Saboya, Moema São Thiago e Otávio Eliseo Alves de Brito, além do próprio Florestan, conseguiram galvanizar os ouvintes deles arrancando aplausos entusiásticos para seus inflamados discursos.

Segundo Florestan Fernandes, a Assembléia Nacional Constituinte transformou-se hoje no campo de luta de classes mais expressivo do País, tendo de um lado os conservadores, que querem manter intocados seus privilégios políticos, econômicos e sociais, mesmo que "à custa da integridade e da independência da nação" e, de outro, uma minoria do PMDB, "que não consegue se firmar, nem voltar ao programa básico do partido". O que impediu a negociação de uma Constituição progressista, disse o parlamentar, foi a predominância de apetites fortes que tornaram o "bolo insuficiente para ser dividido".

Nesse contexto, assinalou, a posição da ciência e tecnologia é a de atuar como instrumento de esclarecimento dos que ainda podem acionar as alavancas de uma nova ordem. E para que o trabalho dê certo, assinalou, "precisamos usar as mesmas técnicas que vêm sendo empregadas pelos mili-

tares e empresários: a de fazer lobbys fortes para mostrar qual é o significado do trabalho científico, uma vez que ninguém faz idéia de quanto o conteúdo da Constituição está divorciado da realidade".

"Se os constituintes colaborarem e se houver suficiente pressão popular", garantiu Florestan Fernandes, "poderemos criar um Estatuto da Ciência e Tecnologia no âmbito da Constituição, que inexistia nas cartas anteriores, e envolver o Estado no compromisso de fomentar as pesquisas básicas e aplicadas de forma a dar à Nação uma independência de que não dispõe hoje. No momento, isso não vem sendo possível, porque estão prevalecendo outros interesses que não os da Nação, facilitados por uma rede de articulações, autopromoção e manejo do poder pelos próprios políticos", declarou.

Manejo do poder prejudica C&T na Constituinte

O deputado Gabriel Guerreiro, entretanto, salientou que a ciência e a tecnologia não vão resolver os problemas nascidos no âmbito da Constituinte, para os quais só há uma solução: definição política. "Essa definição, lamentavelmente", acrescentou, "vai depender do Plenário, que nós não temos certeza de poder segurar. É por isso que a sociedade precisa se organizar e oferecer apoio incondicional ao grupo progressista de parlamentares a fim de que este possa trabalhar por uma Constituição mais avançada e não retrógrada."

Para o deputado Otávio Alves de Brito, "se não houver o olho do povo, a nova Constituição será o reflexo da garantia de tudo o que está aí e queremos mudar". Ele entende que as críticas, endereçadas pelo governo e os militares, ao anteprojeto Constituinte relatado pelo deputado Bernardo Cabral, foram provocadas pelos pontos em que ele se mostrou inovador, isto é, nos dispositivos em que passou a garantir a estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho e direito irrestrito de greve.

Ao final dos debates, Florestan Fernan-

des pediu a todos que aplaudissem de pé o apoio que vem sendo dado pelos servidores da UNB à reunião da SBPC, embora estejam em greve "contra os abusos e as injustiças de que são vítimas por parte do Estado".

SBPC quer o Brasil como região livre de armas nucleares

O Conselho da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência deverá entregar amanhã ao presidente do PMDB e da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, um documento no qual reafirma a importância de se prestigiar a pesquisa básica e as atividades científicas e tecnológicas na Constituição. A iniciativa também destaca os pontos que a entidade considera substanciais e entende devam ser incorporados ao texto constitucional com base em emendas anteriormente formuladas com o seu apoio, relacionadas às áreas de saúde, educação, meio ambiente, populações indígenas e espaço e território.

Segundo a presidente da SBPC, Carolina Bori, paralelamente à entrega do documento, a entidade apresentará duas emendas populares ao anteprojeto da Comissão de Sistematização da Constituinte: a primeira concede à União o privilégio de explorar a pesquisa e a lavra dos recursos minerais em terras indígenas e já conta com mais de 20 mil assinaturas. A outra, que já alcançou mais de 25 mil assinaturas, proíbe a fabricação, o armazenamento e o transporte de armas nucleares em território nacional. Carolina assinalou que a SBPC resolveu não fazer lobbys para pressionar os parlamentares constituintes a incluírem propostas de seu interesse na Constituição (não acatando, portanto, a sugestão do deputado Florestan Fernandes para que a comunidade científica adote essa estratégia, a exemplo do que vem sendo feito por outros segmentos da sociedade). Mas disse que é intenção da sociedade que preside apresentar o documento a ser entregue a Ulysses Guimarães e aos demais 559 constituintes, ao maior número de pessoas possível, a fim de que ele seja discutido exaustivamente. (Cecilia Plesse)

Para acabar com frustrações na pesquisa, juntar financiadoras

BRASÍLIA - Uma proposta de criação de entidades de pesquisa associadas, envolvendo a participação das três principais agências federais de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), de autoria do professor Moysés Nussenzeig, do Departamento de Física da PUC-RJ, foi o principal tema da mesa redonda intitulada "Laboratórias associadas e a pesquisa no Brasil".

son Machado de Souza, da Capes e Alberto Carvalho da Silva, da Fapesp, a proposta, segundo Moysés Nussenzeig, já foi apresentada ao Conselho Deliberativo do CNPq como alternativa a outras que estão sendo cogitadas. Inspirada por 30 anos de "frustração, no que diz respeito à liberação de financiamentos destinados à ciência e tecnologia no Brasil", a proposta baseia-se na defesa da universidade e na proteção do patrimônio nacional de pesquisa. Ela está aberta a emendas até setembro, e uma vez reformulada, deverá ser aprovada para entrar em vigor imediatamente, disse Moysés.

anos, ela tem como idéia central preservar grupos de pesquisa já estabelecidos e com uma tradição de trabalho de alta qualidade além de incentivar os emergentes, protegendo-os das flutuações políticas e orçamentárias e permitindo-lhes aumentar a eficácia do auxílio, através de um planejamento de mais longo prazo. Esses grupos passariam a receber apoio financeiro através de convênio com a Finep, Capes e CNPq, firmados pelo prazo de 5 anos e que seriam renováveis, dentro de um contexto em que a primeira revalidação contratual seria confirmada ou não com dois anos de

correio Popular (Campinas) 16/07/82